

Encontro “Arqueologia e Autarquias”

Cascais, 25-27 Setembro 2008

Ecomuseu Municipal do Seixal: sistema integrado de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal

Jorge Raposo (Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal do Seixal)

1. Ponto prévio

Qualquer abordagem ao universo da prática arqueológica em contexto autárquico, onde avultam os inquéritos entretanto promovidos pela Associação Profissional de Arqueólogos, e até as comunicações e *posters* entretanto apresentados a este Encontro, têm permitido ressaltar uma característica essencial: a diversidade.

Em primeiro lugar, diversidade de enquadramentos orgânicos na estrutura municipal, com situações de integração nos departamentos de planeamento ou de obras municipais, outras na área da Cultura, ligadas a estruturas museológicas ou similares, outras ainda através de gabinetes de Arqueologia ou serviços autónomos de dependência hierárquica diferenciada, etc.

A diversidade é também evidente no que respeita às atribuições e competências funcionais que são cometidas a essas unidades orgânicas, no contexto de diferentes políticas e estratégias para o sector.

Por fim, é igualmente patente a diversidade dos recursos humanos, técnicos e financeiros afectos às rotinas de natureza arqueológica nos vários municípios, traduzindo preocupações bastante heterogéneas e correspondendo a capacidades e modos de intervenção muito desiguais.

Naturalmente, mais do que defender a bondade de alguns desses modelos relativamente a outros, o que interessa na situação presente é tratar todos eles como experiências que merecem ser conhecidas e avaliadas, de modo a que se evidenciem gradualmente as boas práticas, e que se caminhe seguramente na qualificação da Arqueologia em contexto autárquico e, sempre que possível, na complementaridade de projectos que potenciem resultados de natureza científica, patrimonial, social, educativa, turística, etc.

No essencial, há que reconhecer honestamente e com a objectividade possível as virtualidades e insuficiências que todas essas experiências terão, retirando daí as necessárias ilações para garantir a progressiva integração plena da Arqueologia nos mecanismos de gestão e intervenção sobre o território, aspiração partilhada e concretizada, em maior ou menor grau, por muitos municípios, mas que outros nem sequer equacionam.

2. Introdução

No caso concreto do Seixal, a actividade arqueológica desenvolve-se em contexto museal, através de um Serviço de Arqueologia integrado na Divisão do Património Histórico-Natural / Ecomuseu Municipal (<http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu>). A relação com a Arqueologia é desde logo induzida pelo paradigma museológico adoptado, assente na relação território / património / população. O território é assumido enquanto realidade física que condicionou e simultaneamente foi transformada por milénios de ocupação antrópica, a qual deixou marcas a que hoje conferimos

valor patrimonial, competindo-nos promover o seu reconhecimento, estudo e preservação, criando simultaneamente condições para que sejam divulgadas junto da comunidade científica e de públicos alargados, e sempre que possível fruídas pelas gerações presentes e futuras.

Face a este posicionamento teórico, materializado numa prática que remonta a 1982, é óbvia a importância da Arqueologia como ferramenta para a consolidação e desenvolvimento do projecto museológico do Seixal.

Para além disso, a integração da Arqueologia em contexto museal decorre também das atribuições e competências localmente cometidas a um Ecomuseu que corresponde, formalmente, à Divisão do Património Histórico-Natural da autarquia. Trata-se, por isso, de uma “*entidade permanente da estrutura orgânica da Câmara Municipal do Seixal que tem por missão investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do Concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias colectivas e para um desenvolvimento local sustentável*”¹.

Num plano mais geral, enquanto estrutura creditada e inscrita na Rede Portuguesa de Museus

(<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>), o Ecomuseu Municipal do Seixal está naturalmente obrigado ao cumprimento do articulado da Lei-Quadro dos Museus (Lei 47-2004), que estipula, no Art.º 7:

“O Museu prossegue as seguintes funções:

- a) *Estudo e investigação;*
- b) *Incorporação;*
- c) *Inventário e documentação;*
- d) *Conservação;*
- e) *Segurança;*
- f) *Interpretação e exposição;*
- g) *Educação.*”

O Art.º 14 da mesma Lei determina que “*a incorporação de bens arqueológicos provenientes de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos é efectuada em museus*”, clarificando definitivamente a relação entre museus e Arqueologia e o papel fundamental que aos primeiros cabe no que respeita aos bens móveis de natureza arqueológica, por serem a instituição mais adequada à sua incorporação, estudo, preservação e rentabilização social.

Em suma, a integração das práticas arqueológica e museal no município do Seixal decorre naturalmente do modelo teórico e do objecto do projecto museológico local, da missão cometida à estrutura que desenvolve esse projecto no contexto da orgânica da autarquia, das responsabilidades sociais que esta deve assumir na gestão do território e dos bens patrimoniais, e do quadro legal aplicável à administração local e, em geral, ao Património cultural.

3. Sistema de Informação e Documentação do Ecomuseu Municipal do Seixal

3.1. Contexto e metodologia

O Ecomuseu Municipal do Seixal tem um historial de mais de 25 anos de actividade arqueológica continuada, quer no plano da investigação de campo (programada e plurianual, preventiva ou de salvamento), quer no do tratamento, conservação e estudo de materiais (com realce para as colecções de cerâmica romana e as séries osteológicas medievais

¹ Extracto da apresentação institucional no *site* do Ecomuseu (<http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu>), onde também se podem ler desenvolvimentos sobre o seu programa e regulamento, entre diversa outra informação.

e modernas), quer ainda nas acções de natureza cultural e pedagógica para diferentes públicos, nas exposições e edições, etc.

Dessa actividade resultou a acumulação gradual de uma enorme massa documental (textos, fotografias e diapositivos, vídeos, desenhos, etc.) e de um vasto e diversificado espólio artefactual, maioritariamente de cronologia romana, medieval e moderna.

A gestão integrada deste conjunto de espólio documental e material levanta problemas de complexa resolução, que, no caso do Seixal, se agravam pelo modelo da estrutura museológica em causa, um museu de território que assume responsabilidades de gestão de sítios e imóveis (olaria romana, moinhos de maré, antigas unidades industriais ou artesanais, etc.), de património flutuante (embarcações tradicionais), de equipamentos integrados (máquina e caldeiras de vapor, engenhos de moagem, etc.), e de bens móveis não apenas de natureza arqueológica, mas também etnográfica, artística e histórica, técnica e científica, geológica, botânica e zoológica, etc.

Para além disso, a situação complica-se ainda mais do ponto de vista logístico e infraestrutural quando falamos de um museu descentralizado, com rotinas quotidianas desconcentradas e os próprios serviços técnicos e a área de reservas fisicamente situados em diferentes pontos do concelho ².

A resposta para estas e outras questões foi preocupação constante do percurso institucional e programático do Ecomuseu, com resultados variáveis em função dos recursos humanos, técnicos e financeiros de cada momento.

A introdução de meios informáticos para inventário geral de bens móveis ocorreu em 1991, quando se desenvolveu internamente uma aplicação em *Filemaker Pro*, que permitiu a migração retrospectiva do inventário manual e continuou em alimentação até 2002. Foram aí introduzidos 10 447 registos, com caracterização genérica de cada objecto, informação sobre o contexto de recolha, relação aos registos documentais e técnicos, etc. Para além de telas de entrada de dados, foram sendo predefinidos vários formatos de impressão e de visualização em ecrã, que cumpriram nesse período as necessidades de pesquisa, ordenação e sistematização da informação.

Em paralelo com esse suporte de inventário geral e também com programação desenvolvida internamente no Ecomuseu, o mesmo *software* serviu para criar outras bases de dados, adaptadas a objectivos específicos de documentação ou de investigação, ainda com pouca ou nenhuma relação entre si e com as soluções aplicadas às espécies documentais e ao restante acervo.

Naturalmente, o avolumar da informação evidenciou as insuficiências destas soluções, justificando um processo de discussão interna em torno de duas vias possíveis. Uma delas passava por desenvolver e aperfeiçoar as aplicações em uso, explorando as potencialidades entretanto disponibilizadas pelas novas versões do *software*, com realce para o fácil interrelacionamento das várias aplicações e para o funcionamento em ambiente múltiplo (*Windows* e *Macintosh*). Para tal, seria necessário um investimento significativo de tempo e recursos humanos internos, ou recorrer a adjudicação externa (que implicaria sempre um acompanhamento de proximidade intenso por parte da equipa técnica do Ecomuseu). A segunda hipótese era a da pesquisa de soluções informáticas disponíveis no mercado interno e externo, ainda que a oferta fosse ainda incipiente e pouco conhecida.

² Os principais serviços localizam-se na sede do concelho, repartidos pelo Núcleo da Mundet (Direcção, Serviço Administrativo e de Atendimento Público, Serviço Educativo, Serviço de Inventário e Estudo de Património Industrial, Área de Investigação e de Projecto sobre Moinhos de Maré, Área de Investigação e de Projecto sobre Património e Cultura Flúvio-marítimos e Centro de Documentação e Informação) e pelo Núcleo da Quinta da Trindade (Serviço de Conservação e Inventário Geral, Serviço de Arqueologia e Área de Arquitectura e Património Cultural Imóvel). As reservas distribuem-se também por estes dois núcleos, e são reforçadas por instalações técnicas na Torre da Marinha (Arrentela).

Apesar das limitações desta última via, ela viria a revelar-se mais adequada à programação e à acção do Ecomuseu, por libertar recursos internos para tarefas a montante da informática, e também para outras áreas de intervenção.

Nesse sentido, nos últimos anos da década de 1990, intensificou-se o processo de identificação de necessidades e pesquisa de mercado, tendo por base um conjunto de critérios essenciais para escolha da solução pretendida:

- Capacidade de adaptação à diversidade das colecções do Ecomuseu;
- Capacidade de integração do inventário de acervo com vários níveis de documentação;
- Respeito pelas normas nacionais e internacionais, no campo da Museologia, da Biblioteconomia e da Arquivística, etc.;
- Utilização de uma arquitectura aberta e linguagem de programação actualizada, com perspectivas de desenvolvimento futuro e compatível com outras soluções informáticas;
- Adequação ao funcionamento multiposto e em rede;
- Facilidade de importação, exportação e divulgação da informação.

Para acompanhamento deste processo e na dependência directa da chefia de Divisão, foi criado um grupo de trabalho interno multidisciplinar, que se mantém em funções e alargou posteriormente o âmbito para a definição conjunta dos critérios de utilização do sistema, elaboração e actualização de um manual de utilização, fundamentação e fixação de *thesauri*, ficheiros e tabelas de referência, formação de administradores, catalogadores e utilizadores, e, por fim, aperfeiçoamento dos mecanismos de validação da informação e de gestão e acompanhamento corrente.

De facto, qualquer sistema de base de dados assenta em quatro “pilares” essenciais. O primeiro, e mais óbvio, é um bom *software*, com potencialidades devidamente exploradas pelo *hardware* mais adequado, potente e actualizado. No entanto, sem os três restantes acumularemos rapidamente uma massa informativa que até pode ser enorme, mas na qual pouco confiamos e raramente serve os objectivos pretendidos. Ou seja, é fundamental: 1) garantir a qualidade e o rigor da informação introduzida, que deve ser uniformizada e validada pela definição clara de procedimentos comuns e pelo uso de linguagem controlada que minimize erros, omissões ou redundâncias; 2) investir na formação dos catalogadores que alimentam e contribuem para aperfeiçoar o sistema; 3) criar mecanismos de validação, segurança e administração que acompanhem a evolução da aplicação informática, dêem resposta a novas situações técnicas e aperfeiçoem rotinas funcionais.

3.2. Solução

Analisada a situação do mercado à época, e depois de inviabilizada uma opção nacional que não chegou a ter pleno desenvolvimento informático, o Ecomuseu Municipal do Seixal adoptou a solução técnica apresentada pela empresa francesa Mobydoc – Gestion informatique documentaire (<http://www.mobydoc.fr>), com a aplicação *Micromusée*, para gestão de colecções de museus, mais tarde reforçada pelas aplicações *Photo* (gestão de colecções fotográficas), *Mobytext* (gestão documental) e *Archi* (gestão de bens imóveis). No presente, o Ecomuseu utiliza ainda o sistema de informação global *Mobydoc MUM*, que integra relacionalmente as bases de dados mencionadas, e está em processo de adaptação do gerador de dados *OPACWeb*, para disponibilização de conteúdos na Intranet municipal e na Internet.

O factor de peso na opção pelas soluções Mobydoc residiu na adequação plena às necessidades e critérios predefinidos, por contraste com a falta de alternativas tecnicamente credíveis à data, face à incipiência ou inexistência de algumas das soluções hoje disponíveis.

Para além disso, tratava-se de um *software* com provas dadas (criado há cerca de 20 anos, é hoje usado por mais de 350 instituições), com interfaces em francês, inglês e espanhol, depois vertidos também para português, com uma evolução

traduzida em actualizações regulares, comercializado por uma empresa que garante uma boa assistência técnica e realiza encontros anuais para actualização e formação de utilizadores, e para que estes possam colocar questões e novas necessidades.

3.3. Funcionamento

Na prática, o Sistema de Documentação e Inventário (SDI) do Ecomuseu Municipal do Seixal é gerido por Grupo de Trabalho interno na dependência directa da chefia de Divisão, do qual fazem parte os coordenadores e/ou técnicos de quase todos os serviços e áreas funcionais (ver nota 2).

A gestão corrente é assegurada por dois administradores internos (do Serviço de Arqueologia e do Centro de Documentação e Informação), que, para além do apoio aos catalogadores e utilizadores, zelam pela aplicação dos procedimentos, pelo incremento da linguagem controlada e pela validação da informação.

Nos aspectos de natureza estritamente informática, contam com a colaboração da Divisão de Informática municipal e da própria Mobydoc.

A estrutura de alimentação, fisicamente distribuída pelos núcleos da Mundet e da Quinta da Trindade, integra 16 postos de trabalho em rede, com possibilidade de acesso simultâneo mas diferenciado, mediante palavras-chave personalizadas, para 15 utilizadores internos e utilizadores externos devidamente autorizados.

A operacionalidade de todo o sistema exigiu também um forte investimento na actualização e reforço do *hardware*, incluindo um servidor dedicado, que é gerido directamente pela já mencionada Divisão de Informática.

Ainda circunscritas às bases *Micromusée* e *Mobytext*, as aplicações Mobydoc começaram a ser alimentadas no Ecomuseu Municipal do Seixal em 2002, depois de realizadas acções de formação de catalogadores, primeiro com monitores da empresa fornecedora, numa fase posterior com os recursos humanos internos, para generalização de conceitos e critérios predefinidos em sede do Grupo de Trabalho para o SDI e especificamente adaptados à realidade concreta da instituição. Fixado o *Manual de Ajuda ao Utilizador*, o mesmo Grupo e os técnicos que asseguram a administração corrente definiram e introduziram no sistema toda a linguagem controlada (designações, temas, matérias, técnicas, toponímia, operações técnicas, nomes, etc.), e criaram os perfis de pesquisa, impressão e exportação adequados às rotinas dos serviços, entretanto diversificados e actualizados sempre que justificado. Desde essa data, foram inseridos na base *Micromusée* 7247 registos de espólio³, 3353 dos quais por migração retrospectiva da antiga base de dados em suporte *Filemaker*. A base *Mobytext* permite já a gestão de 7011 registos de natureza bibliográfica ou documental.

Em 2004, o sistema foi complementado com a entrada em funcionamento da base *Photo*, onde foi entretanto introduzida informação relativa a 45 687 registos fotográficos de diferente suporte original (negativos de vidro e de película de pequeno e médio formato, diapositivos, etc.).

Mais recentemente, em 2007, o sistema adquiriu a estrutura actual, com a utilização da base *Archi*, onde se efectuou o inventário exaustivo dos 109 sítios, imóveis e conjuntos que integram a Carta do Património do Seixal⁴. No mesmo

³ Este e outros valores indicados retratam a situação até ao momento de apresentação desta comunicação, em 26 de Setembro de 2008.

⁴ Informação desenvolvida sobre a metodologia subjacente a este projecto pode ser lida em RAPOSO, Jorge (2005) – “Carta do Património do Seixal: a inventariação do Património em contexto museal”. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.). *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do Património*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, pp. 23-30 [actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004]. O artigo está disponível na secção de comunicações *on-line* do site do Ecomuseu (http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1235673&col_ext=content1&tab=ecom_publication).

ano, concretizou-se a integração sistémica de todas as bases, com a aquisição e aplicação do *Mobydoc MUM*, que permite a partilha completa de *thesauri*, ficheiros e tabelas, pesquisas cruzadas e a relação entre registos de natureza diversa (bens móveis e imóveis, bibliografia e outras espécies documentais, imagens fixas e em movimento, etc.). Estas alterações justificaram a realização de nova acção de formação interna para catalogadores, destinada à reciclagem e à familiarização com as novas potencialidades do sistema.

Depois de assegurada a instalação e adaptação à rede informática municipal, está agora em fase de operacionalização a aplicação *OPACWeb*, que permitirá disponibilizar gradualmente conjuntos do acervo do Ecomuseu na Internet.

3.4. *Micromusée*

Numa breve abordagem da estrutura e potencialidades da base *Micromusée* para inventário de bens móveis, poderemos dizer que esta contempla 33 zonas de introdução de dados de natureza administrativa, documental e técnica: números de identificação, designação, criação, execução, utilização / destino, recolha, matéria e técnica, medidas, particularidade, inscrições / marcas, funcionamento / contexto, descrição analítica, indexação, categoria, colecção anterior, estatuto administrativo, dados patrimoniais, departamento, direitos de autor, valor estimado, verificação do estado, dados sobre a conservação, localizações e movimentos, reprodução, fotografia, bibliografia, analítico, exposição, observações, imagem digital, objecto associado, catalogação e informações do sistema.

A informação que alimenta todas essas zonas é, como atrás se escreveu, controlada por 29 ficheiros e 110 tabelas predefinidas, actualizáveis e, na sua maioria, hierarquizáveis. Através dos primeiros, organizam-se e partilham-se os dados sobre cronologias, designações, exposições, intervenções realizadas, locais, matérias, palavras-chave, pessoas / colectividades, técnicas, etc. Quanto às tabelas, sistematizam categorias, coordenadas, condições de degradação, medidas, métodos de recolha, modos de incorporação, etc. Estes ficheiros e tabelas garantem melhor qualidade e mais uniformidade na informação introduzida, simplificam e reduzem o tempo de alimentação, e, por diminuírem o número de campos de texto livre, reduzem significativamente as probabilidades de qualquer incorrecção ou omissão.

A introdução de dados ou a consulta de qualquer registo é sempre acompanhada da visualização dos registos fotográficos associados (são admitidas 999 ligações), explorando a relação directa com a base *Photo* e a possibilidade de, através desta, obter informação suplementar e efectuar ampliações e outras operações básicas de manuseamento da imagem.

Para além da duplicação de campos dentro de cada zona, as próprias zonas são em muitos casos repetíveis em conjunto, característica que se revela muito útil para registo da multiplicidade de informação por vezes associada a espólio de natureza arqueológica.

Para estes e outros casos concretos, é também fundamental a existência de um módulo específico para a conservação e restauro, que trata exaustivamente o estado de conservação de determinado objecto, caracteriza a sua integridade e causas de degradação, preserva o histórico das intervenções realizadas e lista as necessidades e urgência de medidas futuras, clarifica a responsabilidade técnica e a data da avaliação, e permite a associação de todo o tipo de documentos administrativos e técnicos (ofícios, adjudicações, relatórios, etc.).

Outro módulo de grande utilidade é o que gere todo o tipo de movimentos e alterações à localização física dos objectos, por motivo de acções internas ou externas (de análise ou tratamento laboratorial, para exposição ou empréstimo, etc.). As referências bibliográficas são facilmente integradas a partir da base *Mobytext*, e os registos de imagem, como já se referiu, a partir da base *Photo*. A relação de um determinado conjunto de objectos com uma exposição, por exemplo, é também muito fácil de estabelecer.

O sistema permite ainda a associação múltipla de vários objectos com algum tipo de relação entre si, e até a relação com objectos não directamente geridos pela instituição, frequente no caso dos bens arqueológicos com paralelos conhecidos noutras colecções nacionais ou estrangeiras.

É possível também registar e personalizar múltiplas fases de catalogação, quando correspondem a diferentes momentos de alimentação ou a vários níveis de autoria ou responsabilidade técnica.

Em termos gerais, a exploração da base é garantida pela possibilidade de predefinição de múltiplos perfis de visualização, impressão e exportação de dados, sendo garantida também uma versátil pesquisa em modo simples ou avançado, com possibilidade de arquivamento de resultados para posterior uso.

Aliás, o sistema arquiva automaticamente um histórico das alterações realizadas em cada registo, a que podem aceder os administradores da base. Nele se preservam os conteúdos de cada campo anteriores à alteração, a nova informação, a data em que esta foi introduzida e a palavra-chave do utilizador responsável pela operação.

3.5. Archi

Todas estas funcionalidades estão também disponíveis na base *Archi*, onde é gerida a informação relativa a sítios, imóveis e conjuntos natureza patrimonial, com partilha de *thesauri*, ficheiros e tabelas comuns através do *Mobydoc MUM*. Em complemento, podem ser configurados outros para os casos mais particulares da aplicação, o mesmo sucedendo para os perfis de visualização, impressão e exportação.

A introdução de dados assenta aqui em 18 zonas independentes: números de identificação, designação, localização, histórico da construção / cronologia, utilização / destino, descrição técnica, superfícies totais, decoração, dados patrimoniais, verificação do estado, intervenções, bibliografia, analítico, fotografia, imagem digital, imóvel associado, catalogação e informações do sistema.

4. Digitalização de colecções

Para além das rotinas adaptadas aos processos actuais de incorporação, inventário, conservação, documentação, etc., a rentabilização plena do Sistema de Documentação e Inventário do Ecomuseu Municipal do Seixal passa, como se viu, pela integração retrospectiva de informação coligida em anteriores fases de inventário e documentação, em suporte manual ou com recursos informáticos menos adequados.

Necessariamente, em muitos casos, passa também pela indispensável conservação e preservação de suportes antigos e pela sua transferência para suporte de natureza digital.

A título de exemplo desta linha de preocupações, merece referência sumária o projecto de digitalização de colecções fotográficas promovido pelo Ecomuseu em 2006-2007, com o apoio do Programa Operacional da Cultura. Esse projecto incidiu sobre três fundos documentais, implicando prévia selecção de espécimes, definição de critérios técnicos para a digitalização (sempre no respeito máximo pela conservação dos originais), acompanhamento e validação dessa operação (a cargo da empresa Lupa - Luís Pavão, Ld.^ª), e posterior tratamento documental, incorporação na base *Photo* e relação com as outras aplicações do sistema *Mobydoc MUM*.

O primeiro desses fundos é composto por 356 negativos de vidro, que registam a actividade da fábrica corticeira Mundet do Seixal, nas décadas de 1940 e 1950.

O segundo ilustra boa parte das actividades do Ecomuseu, muitas delas na área da Arqueologia, e as transformações do concelho do Seixal no período entre 1982 e 2003, num total de 34 500 negativos e diapositivos.

Por fim, o terceiro corresponde a fundo disponibilizado pelo Centro de Arqueologia de Almada, incluindo 1084 negativos e diapositivos da escavação arqueológica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal), realizada entre 1986 e 1991, numa parceria entre esta associação e o Ecomuseu.

Ao contribuir decisivamente para a salvaguarda e preservação deste património fotográfico, pela redução do acesso físico aos originais e pela sua transposição para um suporte de maior longevidade, criam-se melhores condições de tratamento documental e de difusão directa ou remota junto dos potenciais interessados.

5. Sistema integrado de documentação e gestão de espólios arqueológicos

Do exposto resulta claro que a perspectiva de abordagem do Ecomuseu Municipal do Seixal às questões do inventário e tratamento documental é indissociável de outras práticas museais, e passa pela integração sistémica dos procedimentos aplicáveis a bens móveis e documentais.

No caso concreto dos bens móveis de natureza arqueológica, o processo de aquisição (normalmente por recolha em achado ocasional ou em acções planificadas, preventivas ou de emergência) dá lugar a um acondicionamento em reserva que procura assegurar as melhores condições de segurança, ambiente e acessibilidade, acompanhado de tarefas documentais de incorporação e inventário, rotinas de monitorização, conservação e restauro, e projectos de estudo e divulgação.

No entanto, em paralelo com este percurso, é fundamental garantir igualmente a incorporação, acondicionamento, tratamento, monitorização, conservação e disponibilização de todo o tipo de documentação associada, seja esta resultado de trabalho de campo (escrita, gráfica, fotográfica, videográfica, etc.) ou de acções posteriores ⁵.

É nesta perspectiva que se concentra parte do esforço de todo o sector científico-técnico do Ecomuseu, com particular incidência no Serviço de Arqueologia, no Serviço de Conservação e Inventário Geral e no Centro de Documentação e Informação.

Jorge Raposo (Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal do Seixal)

2009-02-02

⁵ Ver RAPOSO, Jorge (2005) – “Por uma Arqueologia de Serviço Público”. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 55: 131-135.